

**Bruxelas, 27 de fevereiro de 2015  
(OR. en)**

**6637/15**

**COPEN 66  
EUROJUST 58  
EJN 25**

**NOTA**

---

de:	Ivan Rogers, Representante Permanente, Representação Permanente do Reino Unido junto da União Europeia
data:	20 de fevereiro de 2015
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia

---

Assunto:	Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda – Notificação pelo Reino Unido
----------	--

---

Excelentíssimo Senhor,

Cumpre-me informá-lo, pela presente, das declarações seguintes do Reino Unido sobre a Decisão-Quadro 2006/783/JAI relativa ao reconhecimento mútuo das decisões de perda. O ato legislativo que dá aplicação a esta medida no Reino Unido entrou em vigor em 3 de dezembro de 2014.

As declarações que se seguem foram feitas com vista à transposição plena e eficaz das decisões-quadro na legislação nacional do Reino Unido.

O Reino Unido saúda e aplica o princípio do reconhecimento mútuo entre os Estados-Membros para a execução de decisões judiciais, o que vem complementar a lei nacional do Reino Unido sobre a recuperação e a perda de ativos tal como prevista na legislação nacional do Reino Unido (Lei sobre os produtos do crime, de 2002).

Decisão-Quadro n.º 2006/783/JAI do Conselho

Nos termos da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, artigo 3.º, qualquer procurador no Reino Unido pode dar seguimento a decisões tomadas por tribunais britânicos relativas a bens noutros Estados-Membros. No que respeita às decisões tomadas por Estados-Membros relativas a bens no Reino Unido, são autoridades competentes os seguintes organismos:

Para a Inglaterra e o País de Gales:

Crown Prosecution Service (Ministério Público da Coroa)

Proceeds of Crime (Produtos do crime)

Rose Court

2 Southwark Bridge

London

SE1 9HS

ou:

Serious Fraud Office (Departamento de grandes fraudes)

Proceeds of Crime (Produtos do crime)

Serious Fraud Office (Departamento de grandes fraudes)

2-4 Cockspur Street

London

SW1Y 5BS

Para a Irlanda do Norte:

Public Prosecution Service for Northern Ireland (Ministério Público da Irlanda do Norte)

High Court & International Section (Tribunal Superior e Secção internacional)

Belfast Chambers

93 Chichester Street

Belfast

BT1 3JR

ou:

Serious Fraud Office (Departamento de grandes fraudes)

Proceeds of Crime (Produtos do crime)

Serious Fraud Office (Departamento de grandes fraudes)

2-4 Cockspur Street

London

SW1Y 5BS

Para a Escócia:

International Co-operation Unit (Unidade de cooperação internacional)

Crown Office (Procuradoria-Geral)

25 Chambers Street

Edinburgh

EH1 1LA

Telefone: +44 (0)131 243 8152

Fax: +44 (0)131 243 8153

Correio eletrónico: coicu@copfs.gsi.gov.uk

Realçamos que o poder e a responsabilidade de tomar e reconhecer decisões de perda é da competência do tribunal do Reino Unido.

Relativamente ao artigo 19.º, n.º 2, o Reino Unido apenas aceitará decisões, certidões e outros documentos comprovativos escritos em inglês (ou acompanhados por uma tradução juramentada em inglês).

Realçamos que o poder e a responsabilidade de tomar e reconhecer decisões de congelamento é da competência do tribunal do Reino Unido.

Para qualquer esclarecimento acerca das declarações acima referidas, Stephen Goadby do Home Office (Ministério da Administração Interna) está disponível para fornecer informações mais pormenorizadas: [stephen.goadby@homeoffice.gsi.gov.uk](mailto:stephen.goadby@homeoffice.gsi.gov.uk)  
+44 (0)20 7035 1559.

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Ivan Rogers

---